**Projeto de Resolução n.º 392/XVII/1.ª**

**Antecipar o fim da importação de gás russo durante o primeiro trimestre de 2026**

**Exposição de Motivos**

A agressão da Federação Russa contra a Ucrânia desencadeou uma resposta firme da comunidade internacional e, em particular, da União Europeia, que desde 2022 tem procurado reduzir estruturalmente a sua dependência dos combustíveis fósseis russos. Tornou-se evidente que cada euro transferido pela importação de gás, petróleo ou carvão contribui diretamente para financiar o esforço de guerra russo, pelo que a eliminação progressiva, e agora calendarizada, dessa dependência, se tornou um dos eixos centrais da política energética e geoestratégica europeia.

Foi neste contexto que, esta semana, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e a presidência dinamarquesa do Conselho alcançaram um acordo político classificado pela presidente Ursula von der Leyen como "histórico".

O compromisso estabelece a proibição total das importações de gás natural russo para a União Europeia até ao outono de 2027, introduzindo um calendário faseado, com um regime juridicamente obrigatório e viabilizado por maioria qualificada, precisamente para evitar vetos de Estados-Membros alinhados com Moscovo. A primeira data é já em abril de 2026, quando terminam as importações de curto prazo de gás natural liquefeito (GNL) russo. Segue-se junho de 2026, data em que acabam também as importações de curto prazo por gasoduto. Nos contratos de longo prazo, a restrição inicia-se em janeiro de 2027 para o GNL.

Apesar destes progressos, Portugal continua a integrar o grupo restrito de Estados-Membros que ainda importam gás natural russo, cerca de 7% do total nacional registado até julho de 2025. Num momento em que a Europa fecha definitivamente a porta à dependência energética da Rússia, a antecipação do fim das importações portuguesas de gás russo deixaria de ser apenas um gesto simbólico. Passaria a ser uma afirmação política inequívoca de solidariedade com a Ucrânia, de alinhamento com os valores europeus de liberdade e soberania e de coerência com o posicionamento internacional que Portugal reivindica. Reforçaria, igualmente, a credibilidade externa do país, demonstrando que Portugal não se limita a acompanhar a Europa, mas assume liderança quando os interesses estratégicos europeus o exigem.

Do ponto de vista económico e logístico, Portugal dispõe de vantagens estruturais únicas. O terminal de Sines constitui uma infraestrutura estratégica de entrada de GNL, com capacidade para diversificar fornecedores e assegurar alternativas competitivas e seguras. A par disso, o mercado internacional de GNL oferece atualmente uma variedade de origens geográficas que permitem mitigar riscos de concentração e reduzir vulnerabilidades.

Assim, a antecipação do fim das importações de gás russo, além de coerente com os compromissos europeus, representa também um investimento na resiliência energética nacional. Ao enviar um sinal claro de apoio à Ucrânia e de alinhamento com os objetivos da União Europeia, Portugal assume o seu papel de responsabilidade política, estratégica e ética, contribuindo para acelerar a independência europeia face a regimes autocráticos e hostis.

**Resolução**

**Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que antecipe o fim das importações de gás russo durante o primeiro trimestre de 2026, incluindo as importações provenientes de contratos de longo-prazo**.

Palácio de S. Bento, 3 de dezembro de 2025

**Os Deputados da Iniciativa Liberal,**

Jorge Miguel Teixeira

Angélique Da Teresa

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Miguel Rangel

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha